



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7036 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: OS SABERES QUE SE CONSTROEM NA LUTA PELA TERRA

Ângela Thaís da Silva Brito - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Sandra Maria Gadelha de Carvalho - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Ana Cristina Lopes Costa - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)

RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: OS SABERES QUE SE CONSTROEM NA LUTA PELA TERRA

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa busca evidenciar os processos educativos no âmbito de espaços não-formais de educação, desenvolvidos no contexto da ocupação que originou o Acampamento Zé Maria do Tomé, situado na Chapada do Apodi. É dada ênfase, aos saberes construídos pelos acampados/as, a partir da inserção nos movimentos sociais na luta por terra. Os resultados parciais aqui apresentados, são oriundos de pesquisa em desenvolvimento, no transcurso do Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino (MAIE), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A aproximação com a temática se deu a partir da participação no Projeto de Extensão: “Escola, meio ambiente e vida: reconstruindo saberes e caminhos”, bem como pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Limoeiro do Norte, o qual realiza junto ao Acampamento Zé Maria do Tomé, uma série de pesquisas e intervenções, desde o ano de 2014. Nessa dinâmica, já foi realizada uma pesquisa exploratória sobre a organização política no referido Acampamento, resultando em monografia de conclusão do Curso de Pedagogia em 2017. A atual investigação foi ampliada observando novas questões, expostas a seguir.

Nas idas ao Acampamento, quer para as atividades acadêmicas de pesquisa ou do projeto de extensão referido, quer para acompanhamento das lutas para a permanência na terra, pode-se observar como os/as assentados/as se referiam a vários aprendizados por

eles/elas constituídos desde a ocupação desse território. Diante do exposto, algumas indagações foram se concretizando: De que forma, as mudanças pessoais e de moradia, ocasionadas pela inserção no processo de resistência, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), contribuíram para a uma nova concepção de mundo e de si pelos participantes? Quais saberes se construíram ao longo deste processo?

O objetivo desta pesquisa se consubstancia em compreender o fenômeno educativo expresso na luta dos/das Acampados/as, avaliando a conexão entre os saberes populares desses sujeitos históricos e as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais atuantes no referido local.

Em concordância com o objetivo deste trabalho, tem-se como referência a matriz metodológica dialética, mediante duas categorias bases: contradição e totalidade. Tendo em vista, as tensões sociais em que se encontram os sujeitos da pesquisa e uma perspectiva de análise a partir de múltiplos determinantes. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e bibliográfica, dessa forma, são basilares as categorias de educação e movimentos sociais, em diálogo com a educação não -formal, referenciadas nas contribuições de Brandão (2007 e 2012), Carvalho (2006), Freire (2016) e Gohn (1995 e 2001). À luz de Caldart (2001 e 2012) objetiva-se compreender a categoria de coletividade e resistência camponesa, notadamente, a identidade Sem Terra. Para as reflexões sobre os impactos do agronegócio na região, bem como para a contextualização do lócus da pesquisa, recorreu-se às pesquisas de Freitas (2010), Carvalho e Mendes (2014) e Rigotto (2010 e 2011).

No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas orais, cujas questões possibilitaram constituir o perfil dos sujeitos participantes e em um segundo momento da pesquisa empírica, os sujeitos foram questionados sobre os aprendizados construídos em meio à luta. Os instrumentos para a coleta deste material foram: gravador e câmera fotográfica, a fim de registrar as entrevistas e momentos de intervenção dos acampados em mobilizações e ocupações. Nestas, também foram registradas observações em um caderno tipo diário de campo, acerca das dinâmicas coletivas. Na atual conjuntura política brasileira, em que cresce a violência contra os movimentos sociais do campo, Espera-se que o trabalho possa contribuir para elucidar os processos educativos que se geram a partir das resistências por eles protagonizadas, fortalecendo o debate no campo da educação e sujeitos coletivos.

2 CHAPADA DO APODI: TENSÕES E RESISTÊNCIAS

A Chapada do Apodi está localizada na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte e é uma área de terras férteis, por este fato, despertou o interesse de empresas do ramo da produção agrícola. Desde que as instalações dessas empresas passaram a ser uma realidade na região, após a implantação dos Perímetros Irrigados, desde 1987, o cotidiano da população passou por uma série de mudanças, que se desenham em um cenário de desigualdades, colocando em risco, a qualidade de vida e saúde, conforme constatam as pesquisas de Carvalho e Mendes (2014), Freitas (2010) e Rigotto (2010 e 2011), bem como se constatou a desapropriação dos camponeses de suas terras, afinal, “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio” (MARTINS, 1980, p. 60).

Com a emergência de transformações no setor agrícola e rural, passou-se a acompanhar no Brasil, um processo de “modernização da agricultura” (WANDERLEY, 2014), no qual o agronegócio cresceu demasiadamente atingindo diretamente a vida dos camponeses e suas formas de produção.

Amparando-se nesse discurso de modernização e desenvolvimento, o Estado passou a desenvolver políticas e ações acompanhadas de um discurso ideológico de melhores condições de produção para os camponeses da região, dentre as quais, a irrigação, a energia elétrica e novas estradas, garantidas com a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi (PIJA), pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS)[1]. Por muito tempo, a referida obra soou como uma esperança para os camponeses da Chapada do Apodi, porém, Freitas (2010), assegura que as tensões acentuaram-se e a realidade consolidou-se na contramão dos discursos e da expectativa dos camponeses, pois os maiores beneficiados com o referido perímetro, são as grandes empresas, colocando em xeque, as possibilidades dos camponeses de produzirem e, assim, permanecerem em suas terras.

Amparado pelas ações do Estado, o agronegócio, aqui considerado como “uma articulação empresarial voltada à exportação envolvendo o setor de implementação de máquinas, a produção agrícola e a industrialização desta produção com o setor de distribuição e serviços” (RIBEIRO, 2012, p. 488), continuou crescendo na região permitindo que os embates entre as duas forças supracitadas (latifundiários e camponeses) fossem cada vez mais frequentes.

A exploração do trabalho e o crescente avanço do capital no campo, vem atingindo diretamente o cotidiano dos moradores da Chapada. Estes confrontos culminaram no assassinato, em 21 de abril de 2010, do ambientalista José Maria Filho, residente no Tomé, uma das comunidades atingidas pelas ações do capital agrícola instalado na região. Seu assassinato foi uma tentativa de silenciar as denúncias aos abusos cometidos pelo agronegócio na Chapada. Porém, embora as ações de Zé Maria do Tomé tenham sido interrompidas, sua luta foi ressignificada na resistência dos sujeitos históricos da região.

A exemplo disto, pode-se enfatizar as ações desenvolvidas pelo Movimento 21 (M21), assim auto denominado em memória a luta e ao dia do assassinato de Zé Maria do Tomé, constituindo-se um movimento local, cuja origem se deu a partir da articulação de segmentos da sociedade civil: movimentos sociais do campo, sindicatos, associações de moradores da Chapada, Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAAP), assim como a Igreja Católica no Vale do Jaguaribe através da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e os grupos acadêmicos :Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS) da Universidade Federal do Ceará (UFC), e o Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), para reivindicar que os assassinos fossem identificados e punidos.

A conjunção que suscitou o que hoje é conhecido por M21, além da busca por justiça à morte do líder comunitário, Zé Maria do Tomé, objetiva unir forças à luta da comunidade da Chapada do Apodi e possibilitar que as vozes que ecoam o grito por justiça, não sejam silenciadas. Ao longo de uma década de existência, o M21 tem realizado várias ações educativas e emvidado esforços para salvaguardar os recursos naturais e condições de vida com saúde e justiça ambiental na Região do Vale do Jaguaribe.

Essa força de organização e resistência dos camponeses, apoiadas pelo MST, que se articula ao M21, na região jaguaribana, permitiu a ocupação de parte das terras do PIJA, a qual eclodiu na formação do Acampamento Zé Maria do Tomé em 05 de maio de 2014.

3 O ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ: TERRITÓRIO DE (RE)EXISTÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DE SABERES

Na esteira dessa discussão, parte-se da concepção de uma educação não -formal,

cujos saberes se constroem em meio à práxis dos movimentos sociais, pois segundo Gohn, (2001, p. 101), um de seus supostos básicos, “é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado”.

Brandão (2012, p. 14), afirma que pensar a educação, no singular, “como apenas educação” é complicado, pois, na prática, “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”, desta forma, “deve-se pensar em educações” (BRANDÃO, 2007, p. 7).

É a partir desta concepção plural de educação, que os camponeses irão construir a partir de suas vivências e práticas, aprendizados e saberes que são frutos do processo de inserção na luta e nos movimentos sociais, como denota a acampada Luzia Costa:

Hoje eu sei que só a gente lutando é que a gente vai conseguir alguma coisa. Mas antes eu não queria saber. Eu achava que o MST era “vagabundo”, mas aí depois que eu entrei eu entendi, que tem muita gente, né, lá fora que não conhece, que tinha a mesma ideia que eu. A minha visão mudou cem por cento depois que eu comecei a participar do movimento (LUZIA COSTA, acampada, MULHER, 33 anos, 2017) [2].

A partir da fala da acampada, pode-se perceber a mudança na compreensão da força da organização coletiva, o indicativo de uma crítica à criminalização dos movimentos sociais, tão difundida pela mídias, e ainda um terceiro elemento em seu processo de “(trans)formação”: a construção de uma identidade coletiva, que segundo Caldart (2001), surge na dinâmica do movimento. Esse novo sujeito emerge do processo de coletivização, ou seja, é a partir das vivências em coletividade que os sem-terra irão se transformar em Sem Terra: sujeitos coletivos de uma luta social que objetiva a construção de um novo modelo de sociedade, na qual o processo de formação se baseie no fazer-se humano, ou como Freire (2016) desenvolve, em que os elementos de construção dos saberes estejam subsidiados na busca pelo “ser mais”.

A busca pela humanização (Freire, 2016) parte do princípio de que os seres humanos são seres inacabados, logo, devem estar sempre esforçando-se em conquistar os elementos que os permitam se construir enquanto sujeitos cientes das opressões e das divisões sociais que os destinam o lugar de oprimidos, a fim de que, assim compreendendo, atuem no sentido da superação da injustiça social.

Outro ponto que deve ser destacado são as novas alternativas de produção desenvolvidas no Acampamento. O MST, busca realizar com os/as acampados/as oficinas e momentos de partilha de conhecimentos sobre a agroecologia, sobre a igualdade de gênero, motivando a participação de toda a família acampada na organização local. Nessa perspectiva, o referido território se constrói como uma comunidade que luta pela aquisição da terra, ao passo que apresenta e disponibiliza para a sociedade, frutos de uma produção distinta e mais saudável, que a das grandes empresas do ramo da fruticultura que se instalaram instaladas na região, conforme relata a acampada Mônica Oliveira:

Aqui [no acampamento] eu aprendi muita coisa. O que eu achei mais interessante que eu aprendi, é que todos lá fora ‘diz’ que não dá pra produzir sem veneno e eu sei que dá, porque a gente tenta aqui e sabe que dá, pra produzir sem agrotóxico (MÔNICA OLIVEIRA, MULHER, 40 anos, acampada, 2017) [3].

As produções agrícolas dos acampados, são expostas e vendidas nas Feiras de Transição Agroecológica que acontecem, semanalmente, na sede do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro, ou na FAFIDAM, como atividade do Projeto de Extensão referido anteriormente. Fato este, que merece destaque, pois nas Feiras, ocorre a socialização de saberes construídos dentro do Acampamento, com a sociedade residente no município.

Por fim, cabe mencionar o trabalho desenvolvido pelas mulheres do grupo: Mãos que Criam. Grupo formado por mulheres do Acampamento, que se unem para produzir e comercializar suas produções que vão desde a culinária e artesanato, até costuras de roupas. Nas atividades desenvolvidas pelo referido grupo, é possível perceber elementos de coletividade, bem como a quebra dos paradigmas impostos pelo patriarcado, uma vez que a mulher passa a ser uma voz ativa dentro de sua casa, tendo sua voz ouvida com uma das líderes da família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os princípios formativos da educação não-formal, compreende-se que o Acampamento Zé Maria do Tomé é um espaço de resistência e construção de muitos saberes. As ações concretas desenvolvidas no âmbito do Acampamento, possibilitam aos Sem Terra, romper com diversos paradigmas da sociedade capitalista. Obviamente, trata-se de um território que em sua totalidade se faz nas contradições, mas que objetiva de maneira concreta a superação dos componentes que destina os camponeses o lugar de subalternização e opressão.

Embora visto por muitos como um espaço de atraso, o campo brasileiro continua sendo marcado por tensões e conflitos oriundos das investidas do grande capital, em concentrar os meios de produção, para assim, explorar a força de trabalho dos camponeses. Porém, a resistência e organização dos camponeses são respostas efetivas às represálias dos empresários da região.

Destarte, do processo de resistência nascem experiências educativo-políticas, como o M21, o Grupo de Mulheres “Mãos que criam”, no âmbitos dos quais se permeia o desenvolvimento de uma concepção de mundo clivada pelos interesses de classe, referida à uma identidade de sujeitos coletivos com interesses próprios à classe, como a posse da terra, para quem nela trabalha, o que se contrapõe ao latifúndio do agronegócio.

Constata-se que o Acampamento Zé Maria do Tomé é um marco na história da luta dos camponeses da Chapada do Apodi. Para além de um território em disputa, é um espaço que possibilita a construção de saberes que se desenvolvem em meio à militância e à luta por terra. Cabe aqui salientar, que embora nesta pesquisa se tenha o intuito de evidenciar as práticas não-formais de educação e os saberes que se originam a partir delas, em nenhum momento se coloca em questionamento a educação formal, afinal, compreende-se que ambas as modalidades são importantes para o processo de formação dos sujeitos e, como relata Streck (2006), é preciso reduzir a barreira que existe entre elas para que se reconheça a importância das práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais e seus sujeitos políticos.

Palavras-Chave: Acampamento Zé Maria do Tomé. Educação não-formal. Saberes. Resistência.

5 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: **O que é educação** / Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 2007. - - (Coleção primeiros passos; 20).

_____. **O que é educação popular** / Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 2012. - - (Coleção primeiros passos; 318).

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, n. 43, p.207-224, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000300016>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Roseli Salete, **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4.eEd. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Sandra M. G. de. **Educação do Campo: Pronera, uma política pública em construção**. 2006. 226 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará UFC, Fortaleza, 2006.

_____; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements**. v. 6, n. 1, p. 45-73, maio 2014. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Interface-6-1-Carvalho-e-Mendes.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 6, n. 8, p. 24-34, janeiro/junho, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 123 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. Cortez, 2001.

_____. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e estado. **Educação em Revista**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 459-490, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-46982012000100020>.

RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde** – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC, 2011.

_____. et al. **Estudo epidemiológico da população da região do baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos** – Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza, agosto de 2010.

STRECK, Danilo R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. **Séries-estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande - Ms**, v. 11, n. 22, p.99-111, jul./dez. 2006. Quadrimestral.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032014000600002>.

[1] O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é um órgão federal, integrante do então Ministério da Integração Nacional, que atua diretamente no “1. beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações; 2. irrigação; 3. radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos [...]”. Foi criado sob o nome de Inspeção e Obras Contra as Secas (IOCS) através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, conforme disposto no site: dnocs.gov.br/historia.

[2] Entrevista concedida por meio oral, no ano de 2017, durante a pesquisa monográfica, com o devido Termo de Consentimento assinado, contendo a anuência de participação e autorização do nome real dos depoentes em produções acadêmicas.

[3] Entrevista concedida por meio oral, no ano de 2017, durante a pesquisa monográfica, com o devido Termo de Consentimento assinado, contendo a anuência de participação e autorização do nome real dos depoentes em produções acadêmicas.

